

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO: o Plano Educativo Individual (PEI) para efetivação da inclusão escolar

Priscila de Sousa Barbosa

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), priscila.sousa.barbosa@hotmail.com

Resumo: Este relato de experiência aponta sobre a vivência no acompanhamento técnico-pedagógico da equipe da área de educação especial na Rede Municipal de Educação de São Luís do Maranhão, revelando como tem se organizado o Plano Educativo Individual (PEI) para atendimento dos estudantes que fazem parte do público-alvo da educação especial. Este plano individualizado é um programa educativo, que tem por base um processo de intervenção mediada e, que segue um roteiro sistemático, organizando o trabalho a ser desenvolvido no Atendimento Educacional Especializado e, que se efetiva a partir do levantamento da avaliação das necessidades educacionais especiais, da análise da elegibilidade para educação especial pela equipe multidisciplinar, da adaptação e flexibilização curricular, participação na sala de recursos multifuncionais e em outros serviços de apoio especializado. Analisa-se como a organização do plano individualizado tem promovido boas práticas para o atendimento educacional especializado dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento/transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação inclusos na Rede Municipal de Educação de São Luís do Maranhão. Para suporte bibliográfico, apoiou-se em Brasil (2008), na Lei nº 13.146/15 e nos estudos de Carvalho e Maciel (2003), Glat *et al* (2012), Glat e Pletsch (2013), Mantoan (2010), OMS (2001), Poker (2013), Smith (2009). O relato, conta as experiências a partir de uma abordagem qualitativa e exploratória sobre como as ações do acompanhamento técnico-pedagógico da equipe da área de educação especial tem possibilitado a identificação e enfrentamento das barreiras arquitetônicas, atitudinais e curriculares que tem impedido ou impossibilitado o desenvolvimento e aprendizagem desses estudantes e, como o Plano Educativo Individual é fundamental para a implementação e organização de um modelo educacional inclusivo.

Palavras-chave: Plano Educativo Individual, Atendimento Educacional Especializado, Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

Proporcionar os devidos estímulos de acordo com as limitações individuais de cada aluno da educação especial traz a necessidade de se pensar em uma prática que corresponde a um modelo de atendimento na escola, que deve acontecer em um espaço pensado e organizado para o aluno, complementando e suplementando sua formação, ação esta que deve acontecer no contraturno, com estratégias que visem à aprendizagem do aluno, cuja prática se denominou Atendimento Educacional Especializado-AEE, que tem como espaço principal a Sala de Recurso Multifuncional-SRM.

Na proposição e execução destas atividades, o professor atuante tem papel

fundamental para aprendizagem dos seus alunos com deficiência intelectual, surdos ou com deficiência auditiva, com baixa visão ou deficiência visual, deficiência física, com dificuldades de comunicação expressiva, com altas habilidades/superdotação e com transtornos globais do desenvolvimento, visto ser ele o mediador do processo de aprendizagem desses alunos.

No caso do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento/ transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação as ações do técnico de acompanhamento e do professor da SRM que atua diretamente como mediador é um fato ainda mais evidente, já que as eles estão atribuídos os papéis de proporcionar os devidos estímulos, de acordo com as limitações ou potencialidade cognitivas, sensoriais, afetivas e individuais de cada aluno.

Contudo, para que as ações desenvolvidas por esses estímulos sejam internalizadas em cada aluno, é necessário que o professor mediador compreenda que deverá não tentar ajudar seu aluno centralizando seus esforços no déficit em cada um apresenta e sim, fundamentar sua intervenção a partir das ações que se correlacionarão com o meio cultural, social e histórico em que cada aluno está presente.

A experiência trata da vivência da autora como profissional do AEE, especificamente como professora durante quatro anos como professora da Sala de Recursos Multifuncional e há três anos como técnica de acompanhamento na Superintendência da Área de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de São Luís do Maranhão desenvolvendo o acompanhamento pedagógico de alunos da Área de Educação Especial nas escolas públicas municipais.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O Atendimento Educacional Especializado-AEE visa atender os alunos em suas áreas de necessidades educacionais especiais de acordo com o seu público-alvo, isto é alunos com deficiência intelectual, surdos ou com deficiência auditiva, com baixa visão ou deficiência visual, deficiência física, com dificuldades de comunicação expressiva, com altas habilidades/superdotação e com transtornos globais do desenvolvimento/ superdotação. Este caráter de atendimento diversificado é que torna a Sala de Recursos um espaço multifuncional, que vislumbra o atendimento às mais diversas áreas de necessidades educacionais especiais (Decreto 7.611/11, Artigo 2º).

A Sala de Recursos Multifuncional-SRM é concebida a partir do Programa

Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

Para implantação da SRM, os gestores dos sistemas de ensino devem indicar quanto à necessidade desta implantação, planejando a oferta do AEE segundo os critérios da legislação federal e tendo como guia o Documento Orientador do Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais e o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. Segundo o Decreto 7.611/11 de 17 de novembro, o AEE deverá dar-se em ambientes organizados especialmente para esta atividade, concebidos como SRM, a qual funciona como um espaço destinado a um trabalho individualizado e contínuo, que se preocupa com atividades que não se prendam aos currículos escolares, sempre tão fechados e restritos (ALVES, 2006).

É neste espaço que acontecem atividades de estímulo a áreas ligadas ao saber prático da vida diária, a processos de organização sistemática, temporal, espacial e mental, a atividades que envolvem sequência, raciocínio lógico, memorização, percepção visual e tátil, associação, movimentação, entre outras áreas que estimularão todos os aspectos cognitivos, emocionais, sociais e linguísticos da criança.

Alves (2006), ao tratar dos recursos materiais que podem ser desenvolvidos na Sala de Recursos Multifuncional, apresenta sugestões que poderão ser utilizadas no atendimento educacional especializado como jogos pedagógicos adaptados para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos e potencializar as funções cognitivas, fazendo as interações com o ambiente externo e interno ao corpo. Os jogos poderão ser confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor, ou ainda aqueles que têm peças grandes, de fácil manejo, que contemplam vários temas e desafios para escrita, raciocínio lógico, atenção, memória, concentração, percepção visual etc.

Segundo as Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica, o AEE realizado na SRM é um serviço que deverá ser realizado por um professor especializado na área de Educação Especial e que comprove pós-graduação, graduação ou cursos de formação continuada nas áreas específicas da Educação Especial (Resolução CNE/CEB 2/01, Artigo 18).

Este professor especializado deverá suplementar no caso dos alunos com altas

habilidades/superdotação, e complementar, no caso dos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem vinculadas ou não à deficiência. Esse tipo de atendimento deve ser realizado em um espaço dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas mais próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado de forma individual ou em pequenos grupos em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum (ALVES, 2006).

Conforme indica Brasil (2008), para atuar na docência no AEE é necessário que o professor tenha formação inicial e continuada para atuar na área, principalmente ao tratar-se da modalidade de educação especial, que demanda conhecimentos específicos para a devida oferta desse serviço (Ministério da Educação e Cultura [MEC], 2008).

No que diz respeito à formação dos professores para atuar no AEE e da implantação e implementação do Programa de Salas de Recursos Multifuncionais houve a parceria entre Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC) e Secretaria de Educação a Distância para oferta do “Curso de Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado”, formação esta que faz parte das ações do Programa de Educação Inclusiva da SEESP/MEC – Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, atuante desde 2003 (BRIDI, 2012).

CONTEXTUALIZAÇÃO METODOLÓGICA

A partir do levantamento bibliográfico da Política de Educação Especial da Rede Municipal de São Luís/MA, efetivada a partir do Atendimento Educacional Especializado, o referido relato de experiência contou com abordagem qualitativa e exploratória sobre como as ações do acompanhamento técnico-pedagógico da equipe da área de educação especial tem possibilitado a identificação e enfretamento das barreiras arquitetônicas, atitudinais e curriculares que tem impedido ou impossibilitado o desenvolvimento e aprendizagem desses estudantes e, como o Plano Educativo Individual é fundamental para a implementação e organização de um modelo educacional inclusivo como comentam Glat *et al* (2012), Glat e Pletsch (2013) e Poker (2013).

Como instrumentos de coletas de dados foram utilizados a observação sistemática realizada durante os procedimentos para a organização do AEE desenvolvidos nas SEM e no ensino comum para com alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No município de São Luís a Superintendência da Área de Educação Especial-SAEE é subordinada à Superintendência Adjunta Ensino-SAE que, por sua vez, é regida pela Secretaria de Educação Municipal-SEMED. A rede municipal pública de ensino tem 172 escolas, destas apenas 52% são Escolas com dependências acessíveis aos portadores de deficiência e 45% possuem sanitários acessíveis (Censo Escolar, 2015). A realidade educacional do município pode ser representada a partir do Quadro I:

Quadro I – Dados do Censo Escolar sobre o atendimento ao público-alvo da educação especial.

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativa	Matrícula inicial												
	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)										EJA		
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial		
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral			
SAO LUIS													
Estadual Urbana	4	0	31	0	152	153	244	45	320	19	67	77	
Estadual Rural	0	0	0	0	3	0	12	6	10	0	3	5	
Municipal Urbana	16	1	81	2	587	81	424	68	0	0	147	0	
Municipal Rural	5	0	31	0	222	29	132	19	0	0	17	0	
Estadual e Municipal	25	1	143	2	964	263	812	138	330	19	234	82	

Fonte: Censo Escolar, 2015.

Contudo percebe-se que a demanda é muito grande para o pequeno quantitativo de profissionais que atuam na Superintendência da Área de Educação Especial-SAEE na rede. A organização atual da superintendência é composta por 01 Superintendente, 02 secretárias e 02 pedagogas que executam o acompanhamento técnico-pedagógico na secretária.

Para atender todo o público da educação especial diretamente nas escolas do município de São Luís/MA há cerca de 30 técnicas divididas pelos 07 Núcleos nos três turnos que acompanham os alunos com deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento/transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação e que realizam o trabalho de identificação e avaliação inicial em parceria com a escola, para encaminhar os alunos à avaliação diagnóstica educacional realizada pela equipe multidisciplinar.

As técnicas participam e ministram formação continuada nas escolas e apoiam e assessoram o trabalho realizado pelas professoras das SRM. Há 02 técnicas itinerantes para o acompanhamento de alunos com surdez e 05 técnicas itinerantes para o acompanhamento de

alunos com deficiência visual, sendo apenas 02 cegas. 02 técnicas que atuam na educação profissional.

No trabalho de avaliação diagnóstica educacional que é realizada pela SAEE conta com profissionais divididos nos turnos matutino e vespertino. Percebe-se um pequeno número de profissionais que compõe a equipe, há apenas 03 fonoaudiólogos, 01 fisioterapeuta, 05 assistentes sociais e 03 psicólogas sendo 01 delas com Especialização em Psicopedagogia e outra com Especialização em Psicologia Escolar. Há 03 pedagogas com formação em Educação Especial, sendo uma com Especialização em Psicopedagogia, 05 assistentes sociais e, no momento, não há terapeutas ocupacionais atuando na superintendência (Prefeitura Municipal de São Luís, 2014).

Quanto ao Atendimento Educacional Especializado praticado pela SAEE é necessariamente primeiro perceber que o termo deficiência remete-se a uma perspectiva de diversas formas de interpretação de um mesmo déficit, que acomete uma parte da população, seja ela instruída ou não.

É necessário entender que a deficiência não está totalmente relacionada a meros princípios de uma organização familiar ou de certa estrutura financeira, mas infelizmente, a pessoa com deficiência e a pessoa com transtorno global do desenvolvimento/transtorno do espectro autista tem sido muitas vezes ridicularizada, recebendo denominações não coerentes ao seu déficit.

A pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento/transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação deverá receber apoio educacional específico, com intervenções que se relacionem não somente ao adestramento de uma prática escolar e sim, relacionadas ao que é realmente importante ao seu aprendizado e ao que vai lhe servir para desenvolver-se como também participante da sociedade.

A proposta educativa atual pauta-se na construção teórica das necessidades educacionais especiais segundo dois conceitos principais: o conceito funcional, que está caracterizado segundo o funcionamento adaptativo da pessoa nas suas atividades da vida diária e uma análise da psicologia cognitiva (CARVALHO; MACIEL, 2003; COLL *et al* 2004). Porém, as práticas educativas hoje direcionadas as essas pessoas perdem-se na medida em que tentam muito mais regular o aprendizado dessa pessoa aos rituais da escolarização, ao invés de buscar caminhos que levem ao aprendizado de atividades da vida prática.

Ao deixar em segundo plano os processos da vida prática e a importância de um tratamento definido não apenas por padrões médicos ou diagnósticos prescritos segundo

experiências que homogeneízam as pessoas, educadores, pais, médicos e toda a equipe que atende a pessoa com necessidades educacionais especiais, deverá repensar sua práxis, que deve ser revelada não por padrões e nem ser exemplificada através de atividades de simples treinos e memorizações. Apesar das possíveis limitações que este grupo apresenta percebe-se que elas podem desenvolver outras inteligências em áreas diversas como linguística, musical, artística, cinestésica ou etc.

O aprendizado de pessoas com necessidades educacionais especiais não está exatamente ligado à posição que elas só aprendem no concreto. Essa é uma falácia que tem levado professores a pensar e a elaborar seus planos de aula apenas com vista à integração do aluno a escola. Porém, a real situação deverá dar-se segundo a proposta do paradigma da inclusão, em que a ênfase perspectiva da escola é que deverá adaptar-se para receber estes alunos, independente de seus déficits e/ou deficiências.

O atendimento para pessoas com necessidades educacionais especiais deverá ser especializado, uma vez que elas apresentam certas dificuldades nas resoluções de situações escolares, nas relações interpessoais e intrapessoais. O atendimento precisa ser centrado na dimensão subjetiva do processo do conhecimento e, não somente ao conhecimento conteudista da escola. Segundo o programa de AEE, este deve se referir à forma pela qual o aluno trata todo e qualquer conteúdo que lhe é apresentado e como consegue significá-lo, ou seja, compreendê-lo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva diz que a educação especial deve constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público alvo os estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Já aos alunos que apresentem transtornos funcionais específicos, deve-se possibilitar a orientação as suas necessidades educacionais especiais, atuando de forma articulada com o ensino comum (BRASIL, 2008).

Os alunos encaminhados para este serviço passam por uma avaliação pedagógica promovida pela SAEE da Secretaria de Educação Municipal, que avalia seu nível de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo e psicomotor, encaminhando-o então para a SRM, onde se encontra um professor habilitado para trabalhar no Atendimento Educacional Especializado (MELO; FERREIRA, 2006; BARBOSA, 2015).

Segundo documento normativo da SAEE, o técnico de acompanhamento está responsável por orientar e acompanhar os estudantes público alvo da educação especial matriculados no ensino comum e nas Salas de Recursos Multifuncionais. E também de forma

articulada com o ensino comum, orientar o atendimento aos estudantes que apresentam transtornos funcionais específicos. Para a SAEE indica que são atribuições do Técnico de Acompanhamento:

- Orientar e acompanhar os estudantes público alvo da educação especial matriculados no ensino comum e nas Salas de Recursos Multifuncionais;
- Orientar de forma articulada com o ensino comum, o atendimento aos estudantes que apresentam transtornos funcionais específicos;
- Identificar-se junto ao gestor e coordenador pedagógico nas Unidades de Educação Básicas para o início do seu trabalho;
- Fazer o levantamento das necessidades educacionais específica dos estudantes na sala comum.
- Neste levantamento, o Técnico realiza acompanhamento na escola analisando o processo ensino-aprendizagem e as possíveis barreiras que estejam impedindo a apropriação do (a) estudante ao conhecimento em construção no contexto escolar.
- Fazer avaliação prévia com o estudante antes de demandar a contribuição da equipe multidisciplinar. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2016, p.01)

De acordo com a SAEE da Secretaria de Educação Municipal de São Luís/MA, para traçar inicialmente um Plano de AEE individualizado é necessário que parta uma queixa do corpo pedagógico sobre uma necessidade específica que o aluno venha apresentando e que é observada com a operacionalização e mudanças metodológicas. Ao se detectar tal problemática, a escola repassa a queixa de ordem pedagógica para o profissional do acompanhamento técnico-pedagógico da equipe da área de educação especial.

Para início do trabalho, é importante se possível, que este profissional tenha acesso à documentação do dossiê de matrícula do aluno na escola. Nesse dossiê, estão contidas as cópias de documentos como registro de nascimento, carteira de vacinação e a ficha de desempenho do aluno, esta última geralmente é a que dará os maiores instrumentos para o encaminhamento do aluno para o Atendimento Educacional Especializado, visto que nele estão contidas queixas dos professores anteriores e atuais e expõe alguns detalhes do comportamento durante a realização das atividades no ensino regular (MELO; FERREIRA, 2006; BARBOSA, 2015).

Além dos documentos contidos no dossiê do aluno, o técnico de acompanhamento precisa receber a queixa do professor do ensino comum a partir do registro das situações apresentadas. O profissional então realiza um levantamento das necessidades educacionais especiais do aluno mediante avaliação pedagógica, registrando fatores relacionados ao desenvolvimento sócio emocional, psicomotor, cognitivo, caso observado prejuízos significativos e munido desses documentos, o técnico de acompanhamento convoca os pais e/ou responsáveis pelo aluno para uma conversa inicial, que poderá ser orientada por um modelo de anamnese. Esta conversa leva em consideração os fatos que marcaram a vida do

aluno, iniciando com questões sobre a gravidez, nascimento, doenças, início escolar, convivência, queixas escolares e familiares, etc., os pontos abordados deverão estar direcionados segundo as habilidades básicas traçadas pelo quadro das características funcionais.

Na conversa com os pais e/ou responsáveis é importante que a equipe pedagógica da escola participe como o professor do ensino comum, o coordenador pedagógico e o gestor escolar. Caso seja necessário e se perceba alguma problemática quanto ao âmbito familiar poderá haver a participação de uma das assistentes sociais, psicólogas ou outro componente da equipe multidisciplinar da SAEE.

Nesta conversa, além da escuta dos relatos dos familiares, os profissionais da equipe da SAEE indicam a necessidade de encaminhamento para avaliação clínica caso necessário para constatar o prejuízo funcional apresentado pelo aluno. Porém, caso não seja constatado que o estudante não seja público alvo, o técnico assume o compromisso de orientar a escola no sentido de replanejar as ações pedagógicas para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, assim como sua família.

Mediante a avaliação diagnóstica e clínica e, caso seja confirmado à identificação e elegibilidade para educação especial, iniciam-se os atendimentos por meio de orientação aos professores do ensino comum, encaminhamento do aluno para Sala de Recurso Multifuncional com a Síntese Diagnóstica. Neste momento, professor e pais ou responsáveis deverão entrar em acordo sobre os dias e horário em que se dará o AEE na SRM.

Essas ações dão abertura à construção do Plano de Atendimento Educacional Especializado-PAEE. O trabalho no ensino comum com o planejamento e execução de flexibilizações curriculares específicas para cada aluno, considerando fatores tais como: idade cronológica, tipo de deficiência, escolarização, contexto escolar e familiar entre outros (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2016).

Ao técnico de acompanhamento cabe o direcionamento de ações para o atendimento às especificidades no processo educacional, orientar a organização de redes de apoio, ministrar formação continuada nas escolas, identificar recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Como definem Glat *et al* (2012), Glat e Pletsch (2013) e Poker (2013), o plano de atendimento educacional especializado é um processo de intervenção mediada, que segue um roteiro que sistematicamente organiza o trabalho a ser desenvolvido no Atendimento Educacional Especializado e que se efetiva a partir da avaliação das necessidades

educacionais especiais, almejando superar os déficits.

O plano tem em sua característica principal apresentar as necessidades educacionais especiais de forma individual, priorizando as limitações mais significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, por isso, o primeiro momento da execução do PEI para o atendimento educacional especializado caracteriza-se como um momento de conhecimento e adaptação entre aluno e professor. É um momento de reconhecimento do espaço, das atividades que serão realizadas, do material disponível e até do reconhecimento da escola, visto que há a possibilidade de o Atendimento Educacional Especializado dar-se em uma escola que não é a de origem no ensino regular, em razão de nem todas as escolas possuírem este espaço.

Se possível, é importante que o professor faça seus registros do desenvolvimento da aula e dos avanços e metas que foram alcançados ou dos que ainda precisam de uma maior evidência durante as atividades. É necessário que seja entendido que somente as respostas, através do convívio com o aluno é que o professor poderá traçar os objetivos e atividades que poderão ser alcançados.

Este aspecto caracteriza e separa especificamente o plano educativo individual do AEE e o planejamento do ensino regular. Enquanto o plano do ensino regular poderá ser traçado de uma forma global e homogeneizante, respeitando os objetivos dos conteúdos e currículos, o planejamento da SRM só se dará depois do reconhecimento das habilidades básicas que estão comprometidas, visto ser este o grande traço e a grande importância do Atendimento Educacional Especializado desenvolvido na SRM para pessoas com NEE.

O desafio do professor é então pensar dispositivos que estejam articulados a um projeto geral que valorize os processos inclusivos. As vivências e práticas desenvolvidas nas SRM devem ser especificamente vivenciadas em um espaço destinado ao acompanhamento individualizado que necessita de proximidade e amparo.

Cada um dos indivíduos atendidos nas SRM necessita de um plano individual para o seu devido Atendimento Educacional Especializado. O modelo de planejamento utilizado pela SAEE e desenvolvido na SRM deverá elencar como pontos principais para o desenvolvimento das atividades no AEE os seguintes aspectos: a área das habilidades básica comprometida, a situação real em que se encontra o aluno com NEE, os objetivos a serem contemplados e que deverão ser alcançados durante as atividades e a sequência didática que, devem ser adotadas para a realização das metas propostas nos objetivos.

O planejamento deverá ter como critério inicial para construção a individualidade do

aluno atendido, visto que a SRM tem como característica prioritária o AEE de forma individualizada e este depende das áreas de habilidade básicas comprometidas desse indivíduo. Porém, deve-se entender que nem sempre o momento do atendimento acontecerá segundo um quadro individualizante, uma vez que poderão ocorrer situações em que haverá numa SRM uma quantidade de excedente de alunos e todos realizando a mesma atividade, contudo o que os diferenciará durante o processo serão os objetivos a serem alcançados e já traçados no plano.

Segundo Alves *et al* (2006), ao tratar dos recursos materiais que podem ser desenvolvidos na SRM, apresenta sugestões que poderão ser utilizadas no AEE como jogos pedagógicos adaptados para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, utilizada nas pranchas de comunicação correspondentes à atividade proposta pelo professor, ou ainda aqueles que têm peças grandes, de fácil manejo, que contemplam vários temas e desafios para escrita, cálculo, ciências, geografia, história e outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações aqui brevemente relatadas apontam a vivência no acompanhamento técnico-pedagógico da equipe da área de educação especial na Rede de Municipal de Educação de São Luís do Maranhão, no intuito de perceber como tem se dado a fase de organização do Plano de Atendimento Educacional Especializado e do Plano Educativo Individual. A organização das atividades pedagógicas a partir dos planos possibilita uma intervenção mediada significativa que deverá sistematicamente ser desenvolvido com base nas necessidades educacionais especiais de cada aluno.

O técnico de acompanhamento quanto profissional que atua diretamente no processo educacional deve alinhar suas práticas a partir de uma ótica organizacional, visto ser ele o principal ator para definir a partir do levantamento da avaliação pedagógica das necessidades educacionais especiais, se o aluno pode seguir e tem elegibilidade para educação especial pela equipe multidisciplinar. Ao técnico cabe à orientação dos professores para adaptação e flexibilização curricular, direcionando e participação na sala de recursos multifuncionais e em outros serviços de apoio especializado de práticas colaborativas para o melhor desenvolvimento do aluno.

Entre as dificuldades encontradas para ação dos planos está à garantia de aplicação da Lei Brasileira de Inclusão Lei n. 13.146/15, já que a inclusão quanto processo a ser

efetivado deve considerar elementos que possibilitem a acessibilidade; o desenho universal; a tecnologia assistiva ou ajuda técnica; comunicação; as barreiras de ordem urbanística, arquitetônica, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e/ou tecnológicas; adaptações razoáveis; mobiliário urbano; profissional de apoio escolar; acompanhante.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. O. *et al.* **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado.** Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BARBOSA, P. de S. **O atendimento educacional especializado de alunos com dificuldade intelectual e desenvolvimental nas salas de recursos multifuncionais da rede municipal de São Luís/MA: na perspectiva de Vygotsky** (Master's thesis), 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm Acesso em: 24 maio 2017.

CARVALHO, E. N. S.; Maciel, D. M. M. A. **Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation - AAMR: Sistema 2002.** Temas em Psicologia da SBP, 11(2), 147-156, 2003.

COLL, C *et al* (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação** (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed, 2004.

GLAT, R; PLETSCH, M. D. **Plano educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar,** 2013.

GLAT, R. *et al.* **Plano educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. Ciências Humanas e Sociais em Revista,** 34(1), 2012.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas.** Editora Vozes Limitada, 2010.

MELO, H. A.; FERREIRA, R. S. A experiência da gestão político-administrativa da Rede Municipal de Educação de São Luís/MA. In B. W., Roth (Org.). **Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, 2006.

OMS. **Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, Organização Mundial de Saúde,** Genebra, 2001.

POKER, R. B. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado. Cultura Acadêmica/Oficina Universitária:** Marília, 2013.

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão.** Artmed Editora, 2009.